

Texto publicado em:

HEERDT, Moacir. **Sociologia das organizações** / Moacir Heerdt, Mauri Luiz Heerdt; (adaptação de conteúdo Marciel E. Cataneo); 4ª Ed. – Palhoça : UnisulVirtual, 2006.

A Sociologia como ciência da sociedade

A Sociologia como ciência é relativamente recente. Ela está relacionada ao conjunto de transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX na Europa: especialmente a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. As modificações que ocorreram nesse período mudaram completamente a economia, a política, o pensamento e a forma de produzir e de se relacionar em sociedade.

Ao longo desta unidade você perceberá como é necessária e importante a relação entre Sociologia e Administração. Basta você perceber as novas formas de processos organizativos que surgem com as transformações sociais.

A Sociologia é a ciência por excelência para entender estas mudanças e relações.

1– Qual é o conceito de Sociologia?

Sociologia é uma palavra formada de outras duas: *socius*, que em latim significa sócio, social; e *logos*, que em grego significa estudo. Sociologia, portanto, significa, em sua origem, o estudo do social, ou da sociedade, ou de tudo o que se refere a mais pessoas. Por isso, sempre que se falar em grupos de pessoas, em cultura, em organização das pessoas em coletividades, em sociedades, em grupos, em organizações sociais, em instituições, em sistemas, a Sociologia terá algo pertinente. Pode-se perceber que estamos tratando de uma ciência que possui um objeto de estudo muito abrangente. Sociologia é a ciência que estuda a natureza, as causas e os efeitos das relações que se estabelecem entre os indivíduos organizados em sociedade. Preocupa-se com a descrição e a explicação do comportamento social.

Assim, o objeto da Sociologia são as relações sociais, as transformações por que passam essas relações, como também as estruturas, instituições e costumes que têm origem nelas. (Enciclopédia Barsa)

A Sociologia estuda as formas fundamentais da convivência humana: contatos sociais, distância social, isolamento, individualização, cooperação, competição, controle, divisão do trabalho e integração social.

É importante ressaltar que existem divergências sobre o conceito de Sociologia.

Segundo Dias (1999, p. 34), há inúmeras interpretações e definições quanto ao que seja o objeto de trabalho do cientista social. Alguns dizem que ela é uma ciência da sociedade, outros que o seu objeto é o estudo dos fenômenos sociais, das instituições, das relações humanas etc.

2 – Quando surgiu a Sociologia?

O interesse pelos fenômenos sociais é muito antigo, embora não existisse ainda uma ciência sociológica. Vamos então estudar alguns períodos:

Na Grécia Antiga

Na Grécia, Heráclito já afirmou que: “Não nos banhamos duas vezes num mesmo rio!”, ou seja, as pessoas e a sociedade estão mudando constantemente.

Platão disse que o objetivo do Estado deve ser o de fazer o indivíduo feliz facilitando-lhe a prática das virtudes. O Estado divide-se em três classes sociais:

- a) os filósofos, únicos capazes de desempenhar cargos públicos: “Os males não cessarão para os homens antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder”;
- b) os guerreiros, incumbidos da defesa social;
- c) os operários, encarregados da subsistência material.

Nesse sentido, a política deve ser reservada somente para aqueles que fazem ciência política, e o povo em geral não sabe esta arte, a democracia não é adequada, por isso afirma: “Os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos”. Aristóteles é outro grande estudioso das questões sociais. É dele, inclusive, a afirmação: “O homem nasceu para viver em sociedade”.

Na Idade Média

A Idade Média também produziu um pensamento social, embora baseado na especulação e não na investigação objetiva dos fatos. Além disso, nesse período se impôs a concepção da ordem natural e social como decorrência da vontade divina, já que a Igreja Católica era a instituição predominante.

Pode ser citado Santo Agostinho que, embora tivesse vivido um pouco antes da Idade Média, teve influência significativa no período medieval.

Santo Agostinho afirmou que havia a Cidade dos Homens e a Cidade de Deus. Os pecadores formam a cidade terrestre, que é o mundo dos homens. Essa cidade não é necessariamente má, mas, governada pela vontade humana, tende para o pecado e é de tempos em tempos castigada por Deus.

A Cidade dos Homens é fruto do egoísmo, e a cidade celeste é criação do amor divino. Essas duas cidades ou reinos existem simultaneamente na história humana, são representadas como a luta entre o bem e o mal, entre Deus e o Demônio. Segundo Santo Agostinho, essa luta terminará somente com o Juízo

Final, que realizará a separação desses dois reinos, assegurando o triunfo definitivo de Deus sobre o Demônio, será a vitória definitiva da Cidade de Deus, com o Juízo Final. A família terrena que não vive da fé busca a paz terrena nos bens e vantagens desta vida temporal. Aquela, ao contrário, cuja vida está regulada pela fé está à espera dos bens eternos prometidos para o futuro.

Na Idade Moderna

As profundas modificações econômicas, sociais e políticas ocorridas na sociedade europeia nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da Revolução Industrial, permitiram o surgimento do Capitalismo e libertaram o pensamento dos dogmas medievais.

Assim, as ciências naturais e humanas fizeram rápidos progressos.

No Renascimento e na Idade Moderna aconteceu uma visão mais realista dos fenômenos sociais, através de pensadores como Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e outros. Por outro lado, a história permitiu o acesso ao conhecimento de dados objetivos sobre a sociedade, acumulados ao longo do tempo.

A pré-história da Sociologia situa-se, assim, num período aproximado de cem anos, de 1750 a 1850, entre a publicação de O espírito das leis, de Montesquieu, e a formulação

das teorias de Augusto Comte e Herbert Spencer. A constituição da Sociologia como ciência ocorreu na segunda metade do século XIX.

O termo “Sociologia” foi consagrado por Augusto Comte na obra Curso de Filosofia Positiva (1839), em que batizou a nova “ciência da sociedade” e tentou definir seu objeto.

Mesmo assim, a palavra “Sociologia” continuou a ter muitas definições, pois cada teoria sociológica criou suas próprias interpretações.

Todas essas definições, no entanto, partilhavam de algo em comum: o estudo das relações e interações humanas.

3 – Em qual contexto surgiu a Sociologia?

Conforme você estudou no início desta unidade, a ciência sociológica é relativamente recente. Ela está relacionada ao conjunto de transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX na Europa: especialmente a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. As modificações que ocorreram nesse período mudaram completamente a economia, a política, o pensamento e a forma de produzir e de se relacionar em sociedade.

A Revolução Francesa, segundo Giddens (1984, p. 12), corresponde a um conjunto de transformações políticas de nossa era em que uma ordem social foi completamente transformada por um movimento conduzido pelos ideais de liberdade e igualdade para todos.

A segunda “grande revolução” foi chamada de Revolução Industrial. Trata-se de um conjunto de invenções e inovações relacionadas que permitiram alcançar uma enorme aceleração da produção de bens e assegurar um crescimento que foi se tornando rapidamente independente da agricultura.

Nesse período se intensificou a transformação da economia, que passou de predominantemente agrária a uma economia industrial, caracterizada pela produção em larga escala e pela generalização do uso da máquina para reduzir tempos e custos de produção (DIAS, 1999, p. 49).

Como consequência dessas mudanças, as cidades cresceram enormemente devido ao afluxo das massas de camponeses atraídos para o trabalho nas fábricas, formando o proletariado industrial. As cidades atraíram a indústria, e a população cresceu rapidamente. A cidade de Londres, por exemplo, passou de 1 milhão de habitantes para perto de 2,5 milhões.

Esse rápido processo de urbanização também trouxe sérios problemas que agravaram as condições de habitabilidade, como: contaminação do ar, da água e acumulação sem igual de detritos humanos e industriais, entre outros (DIAS, 1999, p. 52).

A esses problemas se juntou a exploração de homens, mulheres e crianças: mais de 16 horas de trabalho diários, ausência de moradia, prostituição, alcoolismo, suicídios, violência, surtos de epidemias de tifo, cólera etc.

E assim, procurando interpretar esta nova realidade, surgiu a Sociologia:

A Sociologia surgiu quando aqueles que se viram envolvidos na série inicial de mudanças ocasionadas pelas “duas grandes” revoluções que tiveram lugar em solo europeu buscaram compreender as condições de sua emergência e suas prováveis consequências (GIDDENS, 1984, p. 15).

Portanto, a Sociologia surgiu num contexto histórico que coincide com a desagregação da sociedade feudal e a consolidação da sociedade capitalista, cuja principal expressão é a Revolução Industrial. Por que a Revolução Industrial foi importante?

Esse é um período muito rico para a Sociologia, que merece uma retrospectiva até o Feudalismo para você poder entender melhor o contexto que foi desencadeando o surgimento da Sociologia.

O Feudalismo

Na sociedade feudal, basicamente agrária, media-se a riqueza de uma pessoa pela quantidade de terras que ela possuía. As cidades tinham pouca importância. As trocas praticamente inexistentes e, quando ocorriam, eram principalmente efetuadas dentro dos feudos, entre produtos, e não envolviam dinheiro.

A partir da segunda metade da Idade Média, alguns fatores contribuíram para a ativação do comércio, entre eles: a produção de excedentes agrícolas e artesanais; o desenvolvimento de melhores técnicas e ferramentas agrícolas; as Cruzadas, que, com seus exércitos, deslocaram milhares de europeus por meio do continente e necessitavam de provisões, que lhes eram fornecidas por mercadores que os acompanhavam etc. Como cresceu o comércio, cresceram também as cidades. Estas surgiram em locais estratégicos para a atividade comercial, como, por exemplo, o cruzamento de duas estradas.

Os habitantes das cidades dedicavam-se, fundamentalmente, ao artesanato e ao comércio, e não produziam o alimento de que necessitavam para subsistir, o que gerou a divisão do trabalho entre cidade e campo, de onde provinha o alimento para os habitantes da cidade. Essa situação, aliada ao crescimento populacional, tornou necessário o crescimento da produção agrícola, o que levou à abertura de novas terras ao cultivo. Essas terras atraíram muitos camponeses, que se libertaram dos feudos e passaram a cultivá-las, em troca de pagamento aos senhores feudais pelo seu arrendamento. Muitas terras incultas foram, assim, transformadas em terras produtivas. Em meados do século XV, na maior parte da Europa ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil e, além disso, muitos camponeses haviam conquistado a emancipação completa. Nas áreas mais afastadas, longe das vias de comércio e da influência libertadora das cidades, a servidão perdurava.

O Mercantilismo

A expansão marítima e do sistema colonial, no final do século XV, produziu muitas riquezas, que levaram a um maior desenvolvimento do comércio. A utilização do Oceano Atlântico ocasionou uma grande transformação no comércio, já que este, agora, passou a envolver não só a Europa e a Ásia, como também essas novas terras – as colônias.

Essas colônias foram, também, importantes no fornecimento de metais preciosos para as metrópoles, nessa época em que o ouro e a prata eram muito necessários ao desenvolvimento do comércio. A expansão atlântica trouxe outros efeitos. Um deles foi o desenvolvimento do Mercantilismo, um conjunto de princípios e medidas práticas adotadas por chefes de Estado europeus com o objetivo de gerar riqueza para o país e fortalecer o Estado.

As políticas adotadas tinham um princípio fundamental: a riqueza de um país se traduz na quantidade de ouro e prata acumulada, e o principal meio de obtê-los é com o comércio com outros países, em que se garanta um saldo positivo da balança comercial (o valor das exportações supera o das importações).

Para tanto, o Estado intervinha nas atividades econômicas por meio de medidas que incluíam incentivos ao desenvolvimento da indústria no país, a aquisição de colônias e as exportações e tarifas elevadas para a importação.

Nesse processo de extraordinária expansão comercial desenvolveram-se instituições financeiras, bancos, bolsas etc., tendo em vista subsidiar as atividades mercantis.

Além disso, desenvolveu-se o sistema de empréstimo que passaria a ser, juntamente com outras formas já citadas, uma das maneiras de acumular capital nesse período. Para tanto, indivíduos que possuíssem dinheiro disponível emprestavam-no cobrando altas taxas de juros.

Nas grandes feiras existentes na fase final da Idade Média, os últimos dias eram dedicados a negócios em dinheiro, segundo Huberman (1979). Aí se trocavam os vários tipos de moedas, negociavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas e faziam-se circular letras de câmbio e de crédito.

Nessas feiras os banqueiros da época realizavam grandes negócios financeiros.

“Negociar em dinheiro levou a conseqüências tão grandes que passou a constituir uma profissão separada” (HUBERMAN, 1979, p. 34). Ainda segundo esse autor, os banqueiros passaram a ter muito poder, pois até os reis necessitavam constantemente de sua ajuda financeira.

O sistema colonial também desempenhou importante papel no desenvolvimento do Mercantilismo, por duas razões: as colônias passaram a ser mercados consumidores das manufaturas metropolitanas; elas passaram a ser fontes de matérias-primas e metais preciosos (PEREIRA; GIOIA, 1999).

O surgimento da indústria moderna

O início da indústria moderna foi possível graças à presença de duas condições: a existência de capital acumulado; a existência de uma classe trabalhadora livre e sem propriedades.

O fechamento de terras e a elevação dos arrendamentos, no século XVI, forneceram a mão-de-obra necessária para a indústria, na medida em que expulsaram muitos camponeses de suas terras, criando uma classe trabalhadora livre e sem propriedades. Acompanhe a seguir a evolução do Capitalismo industrial para você conhecer mais detalhadamente como se deu a evolução para os modos de produção atuais.

4 – Como se deu a evolução do Capitalismo industrial?

Enquanto o mercado era apenas local, o artesanato, com a estrutura de corporação que lhe servia de apoio, era suficiente para suprir as necessidades do comércio. Mas quando o mercado se expandiu, tornando-se nacional e mesmo internacional, o sistema de corporações de artesãos independentes não mais respondia às crescentes exigências do comércio, tornando-se um entrave ao seu desenvolvimento. O mestre artesão era “cinco pessoas numa só”, segundo Huberman (1979):

... a medida em que comprava matéria-prima, era um negociante ou mercador; quando trabalhava essa matéria-prima, era um fabricante; caso tivesse aprendizes, era empregador; quando supervisionava o trabalho desses aprendizes, era capataz; e na medida em que vendia ao consumidor o produto acabado, era um comerciante lojista.

Uma vez que o modo de produção do artesão se viu superado, outros modos de produção foram sendo desenvolvidos acompanhando a evolução. A seguir acompanhe com atenção para conhecer mais sobre cada modo, de acordo com Pereira e Gioia (1999).

O sistema doméstico

Quando se deu a superação do modo de produção do artesão pela exigência da subordinação da esfera produtiva ao capital mercantil, surgiu o intermediário, “o capitalista”. Quando surgiu o intermediário, as funções de negociante e comerciante lojista foram subtraídas do artesão. O intermediário, que podia ser um ex-artesão, um ex-camponês rico, por exemplo, entregava ao artesão a matéria-prima que este trabalhava em sua casa, com seus ajudantes. O produto acabado era entregue ao intermediário, que o negociava. A esse sistema de produção dá-se o nome de sistema doméstico.

Com a expansão da economia em âmbito nacional, o “capitalista”, que no sistema de corporações não tinha função de destaque, passou a ter importante papel, uma vez que as transações comerciais passaram a ocorrer numa escala muito mais ampla, envolvendo grandes quantidades de dinheiro.

Ao intermediário “capitalista” pertencia o produto, que era vendido no mercado com lucro. O mestre artesão e seus aprendizes eram trabalhadores tarefeiros. “Trabalhavam em suas casas; dispunham de seu tempo. Eram geralmente os donos das ferramentas (embora isso nem sempre ocorresse). Mas já não eram independentes [...]” (HUBERMAN, 1979, p. 124).

No sistema doméstico não há uma revolução nas condições de produção: o que há é uma reorganização da produção, uma modificação na forma de negociação das mercadorias.

A manufatura

A expansão sempre crescente do comércio e o afluxo de trabalhadores sem propriedades levaram as cidades a uma nova reorganização no sistema produtivo, dando surgimento ao sistema de manufatura. O sistema de manufatura implica a reunião de um número relativamente grande de trabalhadores sob um mesmo teto, empregados pelo proprietário dos meios de produção, executando um trabalho coordenado, num mesmo processo produtivo ou em processos de produção que, embora diferentes, são encadeados com auxílio de um plano.

Nesse sistema, portanto, os trabalhadores perdem os meios de produção, que passam a ser de propriedade do capitalista, e passam a trabalhar em troca de um salário, vendendo sua força de trabalho. O proprietário dos meios de produção não realiza o trabalho manual; exerce apenas a função de orientar e vigiar a atividade de outros indivíduos, de cujo trabalho vive.

No sistema de manufatura cada trabalhador realiza apenas parte do trabalho necessário à elaboração de um determinado produto. Este, para estar completo, depende do trabalho do conjunto de indivíduos no processo produtivo.

O parcelamento das tarefas leva à diminuição do tempo de trabalho necessário para se elaborar um determinado produto, levando, conseqüentemente, a um aumento da produção e, portanto, a uma maior valorização do capital.

O parcelamento das tarefas leva ainda: à desqualificação do trabalho (o trabalho da manufatura, por ser parcelado, exige menor qualificação do trabalhador e,

conseqüentemente, menor aprendizado do que no artesanato), com a conseqüente redução do valor da força de trabalho; e à especialização das ferramentas, que vão se adaptando às funções parcelares. Na manufatura o trabalhador é transformado em trabalhador parcial, mas ainda é ele, com sua habilidade e rapidez, quem comanda o processo de trabalho, quem determina o ritmo e o tempo do trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

E nisso estão os limites da manufatura, que vão constituir sérios entraves ao desenvolvimento do capital: em primeiro lugar, embora o trabalho seja desqualificado, ainda é o trabalhador com a ferramenta quem elabora o produto, e esse trabalhador especializado ainda necessita de um longo período de aprendizagem, o que lhe dá força ante o capital; em segundo lugar, como a manufatura tem sua base no trabalhador, ela está restrita pelos limites físicos, orgânicos, deste, que impede que a produtividade do trabalho aumente incessantemente.

Como conseqüência dessas limitações, a manufatura não conseguiu eliminar o artesanato e o sistema doméstico, e aconteciam os prolongamentos da jornada de trabalho que marcaram o período manufatureiro.

O sistema fabril

Diante de circunstâncias favoráveis, como o interesse cada vez maior no aumento da produção e as limitações impostas pela manufatura a essa expansão, a especialização das ferramentas (decorrente do parcelamento das tarefas executadas pelo trabalhador) criou condições para o surgimento da máquina, uma combinação de ferramenta simples, que, por sua vez, favoreceu a ocorrência do que veio a ser denominado Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra.

A ferramenta foi retirada das mãos do trabalhador e passou a fazer parte da máquina, rompendo-se a unidade entre o trabalhador parcelar e sua ferramenta, existente na manufatura.

A máquina, na medida em que permitiu a substituição da força humana por novas fontes de energia no processo de produção (inicialmente o vapor, posteriormente o gás e a eletricidade), liberou o processo produtivo dos limites do organismo humano, o que possibilitou um grande aumento da produção.

Com a introdução da máquina eliminou-se a necessidade, seja de trabalhadores adultos e resistentes, seja de operários especializados e hábeis, uma vez que o operário nada mais tinha a fazer senão vigiar e corrigir o trabalho da máquina.

Houve, assim, uma maior desqualificação do trabalho do operário, que não mais precisava passar por uma longa aprendizagem para exercer sua função, como conseqüência, tornou-se possível a utilização de mão-de-obra não qualificada (principalmente mulheres e crianças).

Na produção mecanizada (sistema fabril) o trabalhador perdeu o controle do processo de trabalho. Foi ele quem se adaptou ao processo de produção (e não mais o contrário, como acontecia na manufatura).

Também a quantidade de produtos e o tempo de trabalho necessário à elaboração de um produto deixaram de ser determinados pelo trabalhador.

A produção mecanizada elimina o artesanato, o sistema doméstico e a manufatura.

O sistema fabril, com suas máquinas movidas a vapor e a divisão do trabalho, podia fabricar os produtos com muito mais rapidez e mais baratos do que os trabalhadores manuais. Na competição entre trabalho mecanizado e trabalho manual a máquina tinha de vencer. E venceu— milhares “de pequenos mestres manufatores e independentes”

(independentes porque eram donos dos instrumentos do meio de produção) decaíram a uma situação de jornaleiros, trabalhando por salário (HUBERMAN, 1979, p.177-178). Estas transformações marcaram a passagem de uma economia agrária e artesanal para outra, a industrial. A passagem se completou com a consolidação das novas formas de organização do trabalho produtivo: não mais a produção domiciliar do artigo que atendia a um mercado pequeno, e sim a existência de fábricas providas de máquinas movidas a vapor, agrupando até centenas de trabalhadores ocupados na fabricação em série para um mercado indeterminado, desconhecido e cada vez maior. Agora, de um lado, temos o empresário, dono de todo o material e do produto final do trabalho, de outro, o antigo artesão desprovido dos meios de produção e, portanto, transformado de produtor em vendedor de sua única propriedade: sua força de trabalho.

Quais foram as modificações no processo de trabalho?

Ainda no séc. XVIII Adam Smith, filósofo e economista, reconheceu que a tecnologia da Revolução Industrial havia criado oportunidades sem precedentes para os fabricantes aumentarem a produtividade dos trabalhadores.

Smith, precursor do moderno consultor de empresas, em seu livro “A riqueza das nações” (1776), explicou o que denominou de princípio da divisão do trabalho. Certo número de trabalhadores especializados, cada qual realizando uma etapa individual da fabricação de um alfinete, poderia produzir, em um dia, muito mais alfinetes do que o mesmo número de trabalhadores empenhados na produção de alfinetes inteiros.

Um homem estica o arame, o outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz a ponta, um quinto esmerilha o topo para receber a cabeça; produzi-la requer duas ou três operações distintas; ajustá-la no alfinete é uma atividade peculiar, pratear os alfinetes é outra; inseri-los na cartela de alfinetes constitui até uma atividade independente.

Smith relatou ter visitado uma pequena fábrica, empregando apenas dez pessoas, cada uma realizando apenas uma ou duas das tarefas especializadas envolvidas na fabricação de um alfinete.

Essas dez pessoas eram capazes de produzir, conjuntamente, mais de 48 mil alfinetes por dia. Porém, trabalhando separada e independentemente, e sem ter sido educada nessa atividade peculiar, cada uma delas certamente não conseguiria vinte, ou nem mesmo um alfinete ao dia.

A divisão do trabalho aumentava a produtividade dos alfineteiros em centenas de vezes. A vantagem, escreveu Smith, deve-se a três diferentes circunstâncias; primeira, ao aumento da destreza de cada trabalhador individual; segunda, à economia do tempo normalmente perdido na passagem de uma espécie de trabalho para outra; e, finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho e permitem a um homem realizar o trabalho de muitos.

As atuais empresas foram quase todas construídas em torno da idéia central de Smith – a divisão ou especialização da mão-de-obra e a resultante fragmentação do trabalho. Quanto maior uma organização, mais especializados são os seus trabalhadores e mais fragmentado é o seu trabalho. Essa regra se aplica não apenas ao trabalho industrial. Esses trabalhadores jamais completam uma tarefa; eles tão-somente realizam fragmentos de tarefas.

O grande salto qualitativo no desenvolvimento da atual organização empresarial seria dado, no início do século XX, por dois pioneiros do automóvel: Henry Ford e Alfred Sloan. Ford aperfeiçoou o conceito de Smith de dividir o trabalho em pequenas tarefas repetitivas. Em vez de montadores qualificados construírem carros inteiros de peças por eles juntadas, Ford reduziu a tarefa de cada trabalhador à instalação de uma única peça

de uma forma determinada. De início, os trabalhadores se moviam de uma plataforma de montagem para a seguinte, deslocando se em direção ao trabalho.

Ao decompor a montagem de carros em uma série de tarefas não complexas, Ford tornou os próprios serviços infinitamente mais simples, porém o processo de coordenar os seus executantes e de combinar os resultados de suas tarefas em um carro inteiro tornou-se bem mais complexo.

Foi então que Alfred Sloan entrou em cena. Sloan foi o sucessor do fundador da General Motors, William Durant. Depois que Sloan assumiu a General Motors, tornou mais completo o sistema do qual Ford havia sido pioneiro, e é a esse sistema total que o termo produção em massa atualmente se aplica.

Sloan criou divisões menores e descentralizadas que os gerentes podiam supervisionar de uma pequena sede administrativa, simplesmente monitorando os indicadores de produção e financeiros. Sloan estabeleceu uma divisão para cada modelo de carro – Pontiac, Buick, Oldsmobile e Cadillac –, além de outras para a fabricação de componentes tais como baterias (Delco) e volantes (Saginaw).

Sloan estava aplicando o princípio da divisão do trabalho de Adam Smith à gerência, assim como Ford o aplicara à produção. Na visão de Sloan, os altos executivos não precisavam dominar especificamente engenharia ou fabricação; especialistas poderiam supervisionar essas áreas funcionais.

Pelo contrário, os executivos necessitavam de perícia financeira.

Eles precisavam apenas examinar “os números” – vendas, lucros e perdas, níveis de estoques, participação no mercado, e outros – gerados pelas diferentes divisões da empresa para descobrir se o seu desempenho era satisfatório; se não, eles deviam solicitar as ações corretivas apropriadas.

E assim surgiu a burocracia

Todavia, com o crescimento do número de tarefas os processos globais de produção de um produto ou prestação de um serviço inevitavelmente se tornaram cada vez mais complexos, e a sua gestão mais difícil. O número crescente de pessoas no escalão intermediário do organograma – os gerentes funcionais de nível médio – foi um dos preços pagos pelas empresas pelos benefícios da fragmentação de seu trabalho em etapas simples e repetitivas e de sua organização hierárquica.

Outro custo foi a crescente distância entre a alta gerência e os usuários dos produtos ou serviços. Os clientes e as suas respostas à estratégia da empresa tornaram-se um conjunto de números frios que escalavam as várias camadas da organização.

Essas são as raízes das atuais corporações, os princípios em torno dos quais as atuais empresas se estruturaram. Se as empresas modernas fragmentam o trabalho em tarefas sem sentido, é porque outrora a eficiência era alcançada dessa forma. Se elas difundem o poder e a responsabilidade através de imensas burocracias, é porque aprenderam assim a controlar os dispersos empreendimentos. Se elas resistem às sugestões de mudarem as suas formas de funcionamento, é porque esses princípios organizacionais e as estruturas deles decorrentes durante décadas mostraram um bom funcionamento.

Contudo, a realidade que as organizações precisam encarar é que a antiga forma de funcionamento – a divisão do trabalho em torno da qual as empresas têm se organizado desde que Adam Smith articulou pela primeira vez o princípio – simplesmente se tornou inoperante.

No ambiente atual nada é constante ou previsível – nem o crescimento do mercado, a demanda dos clientes, os ciclos de vida dos produtos, o grau de mudança tecnológica ou

a natureza da competição. O mundo de Adam Smith e a sua forma de fazer negócios são paradigmas do passado.

5 – É necessária a relação entre Sociologia e Administração?

Ao longo desta unidade você já deve ter verificado que sim. Basta perceber as novas formas de processos organizativos que surgiram com as transformações sociais, como os que se deram entre o sistema feudal e o Capitalismo. Além disso, como é importante uma interpretação sociológica da história para você compreender os fundamentos do Capitalismo contemporâneo, particularmente a Revolução Industrial, que mudou a estrutura das organizações.

A partir da Revolução Industrial as organizações também se constituíram em objeto de estudo, e a partir delas se desencadeou todo o processo da história do pensamento administrativo. E isto é uma grande justificativa para o desenvolvimento de uma área de estudo da Sociologia, chamada de Sociologia das organizações.

A Sociologia aplicada à administração

Vimos que a sociologia é a ciência que estuda a estrutura e a dinâmica dos sistemas sociais. Aplicada a Administração, estuda os aspectos estruturais e a dinâmica dos sistemas sociais denominados empresas.

Na Sociologia das Organizações, os conceitos, teorias e princípios da sociologia fundamentam a análise das relações sociais encontradas nas empresas.

Segundo Lakatos (1997, p.16), compete a Sociologia das Organizações o estudo sistemático das relações sociais e da interação entre indivíduos e grupos relacionados com a função econômica da produção e distribuição de bens e serviços. Estuda o poder, a liderança, as resistências às mudanças, a conformidade às normas, o surgimento dos grupos informais e demais temáticas oriundas das relações sociais ambientadas nas organizações.

Síntese

Sociologia quer dizer estudo do social, ou da sociedade, ou de tudo o que se refere a mais pessoas. O interesse pelos fenômenos sociais já existia na Grécia Antiga, embora não possamos dizer que existisse uma ciência sociológica.

Como ciência, ela é relativamente recente. Ela está relacionada ao conjunto de transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX na Europa: especialmente a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. As atuais empresas assentaram suas bases em torno da idéia de divisão ou especialização da mão-de-obra.

No entanto, as organizações precisam entender que esta forma de funcionamento – a divisão do trabalho em torno da qual as empresas têm se organizado desde que Adam Smith articulou pela primeira vez o princípio – simplesmente se tornou inoperante, e que precisamos de novas interpretações e práticas.

Fontes:

DIAS, Reinaldo. **Sociologia e Administração**. Campinas: Alínea, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**: uma breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia da administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREIRA, M. E. M. e GIOIA, S. C. **Do Feudalismo ao capitalismo: uma longa transição**. In: ANDERY, M. A. P. A. e outros. *Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999. p. 163-178.